

FACULDADE CÁSPER LÍBERO



MARIA LUIZA CARDONE DOS SANTOS

R.A: 19000387 - 3 JOD

São Paulo

Golpe de 1964: Os impactos da censura na cultura brasileira

A década de 1960 no Brasil foi marcada por grandes tensões socioeconômicas que sondaram o país por mais de 20 anos. O início do golpe civil-militar, como muitos historiadores chamam, marcou um período de resistência e luta de diversos grupos da sociedade, entre eles a representação de arte e cultura em nosso território.

A presença da censura, autoritarismo e desrespeito a liberdade de expressão marcou a era da ditadura militar e, como consequência, levantou diversas bandeiras de resistência, como movimento negro, feminista e artístico.

Diante disso, é importante ressaltar que a alta repressão nesse período pode ser dividida em duas partes quando se fala sobre questões culturais. A primeira, relacionada ao meio artístico, mostrou a preocupação com a decadência moral. Dessa forma, obras em teatros, cinemas e músicas eram detidas e suas exibições eram proibidas.

Por outro lado, havia a censura na imprensa que tinha foco em controlar os conteúdos jornalísticos que criticavam o sistema e tornavam as estruturas de sustentação do regime ainda mais frágeis.

Como solução dessa problemática, a imprensa alternativa surgiu. Trazendo denúncias e críticas ao governo de forma criativa, divertida e bem humorada, esses veículos tiveram um papel essencial na oposição e resistência à ditadura. Um grande exemplo foi o Pasquim, um semanário lançado por um grupo de jornalistas e ilustradores. Vendido em jornais, o conteúdo tinha como objetivo fazer a população rir da ditadura, entretanto, após vinte mil exemplares vendidos, a equipe foi presa e sofreu represálias.

“Apesar de praticamente toda a imprensa da época viver sob o crivo da censura, os jornais alternativos ou “nanicos” sofriam muito mais com a arbitrariedade do Estado, sendo constantemente perseguidos e submetidos a regimes especiais de censura prévia. Esse rigor atingia principalmente os que eram julgados mais influentes, e, por isso mesmo, mais perigosos. Em função da rigidez dos censores, muitos jornais seguiram o caminho da clandestinidade e outros deixaram de circular por receio das represálias”, afirma o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, [CNV](#), que tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

Ao negar a publicação de materiais que criticam o modelo político da época, o regime militar impediu e limitou a produção criativa dos artistas, fato que impactou diretamente na

distribuição e formação cultural da sociedade. Entretanto, mostrou para a população que mesmo com restrições, é possível fazer uma arte revolucionária.

O Ex- Ministro da Justiça do Brasil, Alfredo Buzaid, entre os anos de 1969 e 1974 mostrou um grande apoio ao regime militar e todos os movimentos da censura em relação à imprensa. Segundo o mesmo, os veículos de comunicação eram os principais meios para a perpetuação do comunismo sobre o povo.

“Quem estudou a teoria da informação sabe que os periódicos, o rádio e a televisão constituem, nos nossos dias, os meios mais eficazes para dirigir a opinião pública. É por meio deles que o comunismo internacional atua sobre o povo, invadindo sub-repticiamente os lares. E os seus agentes, adrede preparados, se infiltram em todos esses meios de comunicação para transmitirem suas ideias dissolventes”, Buzaid.

No âmbito cultural, a despeito de todas as forças para combater essas manifestações, a luta da classe se manteve forte e hoje, após anos do ocorrido, é possível estudar e analisar todos os frutos dessa fortaleza.

De acordo com o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, muitos dos acontecimentos e informações do golpe militar não eram noticiados ou, então, eram disponibilizados em versões falsas. O documento ainda revela que esses casos eram publicamente conhecidos por uma parcela da sociedade e denunciados, porém não podiam ser publicados.

Antes do AI-5, a censura acontecia de modo mais velado, ao passo que após o decreto, a censura se instaura de modo mais severo, com cercamentos de textos dramáticos, letras de música, obras consideradas subversivas, entre outros.

Além disso, o documento da CNV ainda mostra que essa repressão acontecia em todo o território nacional, assim como em uma série de instituições públicas. Em Pernambuco, por exemplo, o DOPS - Delegacia de Ordem Política e Social- tinha grande influência da Igreja Católica em suas decisões, causando uma grande ruptura entre a Instituição em questão e o Estado.

“Internamente, o DOPS de Pernambuco organizou-se durante a ditadura militar a partir de três frentes de atuação: investigação, censura e repressão. Foi uma unidade civil subordinada à Secretaria de Segurança Pública do estado. Estabeleceu relações de colaboração com o Serviço Nacional de Informações (SNI) e com os demais órgãos de informação e segurança do IV Exército, mais precisamente com os da 7a Região Militar. Com a criação do DOI-CODI do IV Exército, no segundo semestre de 1970, o DOPS manteve um lugar de destaque na execução de atividades repressivas, ao lado do comandante do IV Exército e dos comandantes da Marinha e Aeronáutica da área”, relata a CNV.

Há relatos de textos que eram parcial ou inteiramente vetados por lidarem com temas como adultério, homossexualidade, temas considerados imorais, ou quando se reportavam a

assuntos mais "politizados", como a peça *Roda Viva*, de *Chico Buarque*, que foi duramente reprimida, com artistas do elenco tendo sofrido ataques físicos e torturas.

Além da música de Chico Buarque, muitas outras autorias sofreram os impactos do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), um órgão voltado para a censura prévia de peças teatrais, filmes, programas de rádio e letras de música, a apresentação de espetáculos teatrais, entre outros. Entre as obras que sofreram esse impacto, podemos citar: *Apesar de Você* - Chico Buarque, *Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores* - Geraldo Vandré, *Laranja Mecânica*, um filme produzido pelo Stanley Kubrick e *Berço do Herói*, uma peça teatral de Dias Gomes.

O impacto que a censura gera na literatura, no teatro, na música é grande, na medida em que cessa e interdita processos de criação instaurando uma atmosfera de medo nociva que pode se perpetuar por longos períodos.

Segundo Mei Hua Soares, bacharel e doutoranda em Educação e Linguagem pela Faculdade de Educação da USP, "As marcas que um projeto de censura e desmonte cultural deixa nas diferentes expressões artísticas são geralmente dramáticas. Principalmente no que diz respeito a políticas públicas que fomentam o setor. Alguns autores e artistas conseguem, a duras penas, seguir criando, escrevendo, em geral de modo isolado e pontual. Algumas obras acabam por se reportar aos horrores vivenciados durante a ditadura civil-militar, como é o caso de *"A festa"*, de Ivan Ângelo, *"Feliz ano velho"*, de Marcelo Rubens Paiva, ou *"O que é isso, companheiro?"*, de Fernando Gabeira".

Essas obras, citadas pela doutoranda em Educação e Linguagem, são grandes exemplos de como a censura era estipulada e inserida pelos militares. A resenha de Ivan Ângelo, por exemplo, contava a história de jovens que tentavam a vida em Belo Horizonte, fazendo uma alta crítica ao regime militar, a obra é utilizada até hoje por historiadores e jornalistas. Entre os citados, *Feliz ano velho* foi uma obra que parou a nação em seu lançamento, contando a história de um jovem que ficou tetraplégico em plena ditadura militar, o livro mostra como as lutas de grupos eram descartadas pelo regime.

Além disso, Fernando Gabeira foi minimalista ao escrever a sua obra "*O que é isso, companheiro?*". Contando a sua história pela luta armada durante a ditadura militar, o livro foi sucesso de vendas em 1970. Ao ler o livro, é possível encontrar características que se assemelham à situação atual do Brasil, a autoridade dos militares, a censura em conteúdos midiáticos e a representação da luta dos ativistas formam uma cadeia de informações que se cruzam com o nosso presente.

Durante o atual governo, estamos acompanhando o acirramento desse controle censor, com tentativas recorrentes de interferências em avaliações de grande escala, como o ENEM, de divulgação de dados, informações e estatísticas a respeito das crises que atravessamos (pandêmica, econômica, política), dissolução do ministério da cultura, entre outros casos.

“O cerceamento e a censura sempre rondaram as áreas culturais, artísticas e jornalísticas. Seja de forma escamoteada, seja mais direta e abertamente. No entanto, quando os cercamentos começam a se tornar sistemáticos, passam a denotar projetos específicos de perseguição e desmonte que merecem cuidado e atenção”, comenta Mei.

Nota-se, portanto, que a cultura da censura acabou se instaurando e arregimentando censores em diferentes níveis, pelos motivos mais absurdos e estapafúrdios. A maior preocupação talvez resida na passividade com que nós, enquanto sujeitos sociais e históricos, temos aceitado tais intervenções.

O papel da presidência de um país é de suma importância para que os Direitos sejam realizados e a liberdade de expressão seja concedida. Durante o Governo de Ernesto Geisel, a ditadura ganhou outra forma, uma ainda mais agressiva. Segundo a CNV, o Ex-Presidente tinha falas e ações afirmativas em relação a tortura e censura.

“Até o fim do mandato, a Presidência de Geisel será caracterizada – talvez mais do que as anteriores – por um duplo movimento que atravessa todo o período ditatorial. O primeiro dizia respeito à vigilância repressiva em vários níveis: censura à imprensa, prisões, tortura e assassinatos. Mais tarde, o próprio Geisel legitimaria a violência quando, em depoimento concedido a historiadores sobre sua trajetória no regime autoritário de 64, admitiu considerar a tortura necessária em determinados casos: “Há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior”.

Em entrevista para o [Jornal Centro Sul](#), o historiador, Ricardo Carvalho, conclui: “Ao final dos 21 anos de ditadura ficou realmente a certeza de que um país só se constrói com participação, com liberdade, com democracia. Realmente, ditadura nunca mais. Isso não é uma mera frase de efeito de nenhum militante. É uma necessidade de uma nação que ela se construa com democracia, com liberdade, com participação”.

Pensando nisso, é essencial que o Estado garanta aos seus cidadãos o compromisso e respeito com as temáticas de Direitos Humanos. A inclusão de cultura e movimentos artísticos é um direito que deve ser concedido a todos os brasileiros a partir de medidas e procedimentos de cunho público.

“Devem ser adotadas medidas para preservação da memória das graves violações de direitos humanos ocorridas no período investigado pela CNV e, principalmente, da memória de todas as pessoas que foram vítimas dessas violações. Essas medidas devem ter por objetivo preservar, restaurar e promover o tombamento ou a criação de marcas de memória em imóveis urbanos ou rurais onde ocorreram graves violações de direitos humanos. Além disso, deve instituir e instalar, em Brasília, um Museu da Memória”, afirma o relatório.

As dores das marcas causadas pelo golpe de 1964 precisam ser sentidas e compreendidas pela população brasileira. O documento final da Comissão Nacional da Verdade possui um papel de suma importância nesse processo. A partir de dados e embasamentos históricos, a sociedade fica mais próxima de alcançar o entendimento de seus direitos.

